

Os utópicos como pioneiros da concepção cooperativista

ELISA ZWICK*

Resumo

Este estudo tematiza as ideias pioneiras dos principais socialistas utópicos (Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen) na concepção de cooperativismo, de modo que buscamos contribuir para o preenchimento de uma lacuna nos estudos teóricos sobre o assunto no Brasil, não raro dominados por estudos técnico-operacionais. As ideias dos utópicos inauguraram uma sustentação teórica para o cooperativismo pensado não apenas para fins imediatos, mas como paradigma que servisse para alterar a configuração social geral. Além de assinalar as contribuições pioneiras dos pensadores utópicos na concepção do cooperativismo, apontamos que os princípios organizacionais e administrativos dos utópicos antecederam, em termos de conceito e tempo, a Teoria Clássica da Administração Científica.

Palavras-chave: utopia; socialismo; teoria social; cooperação.

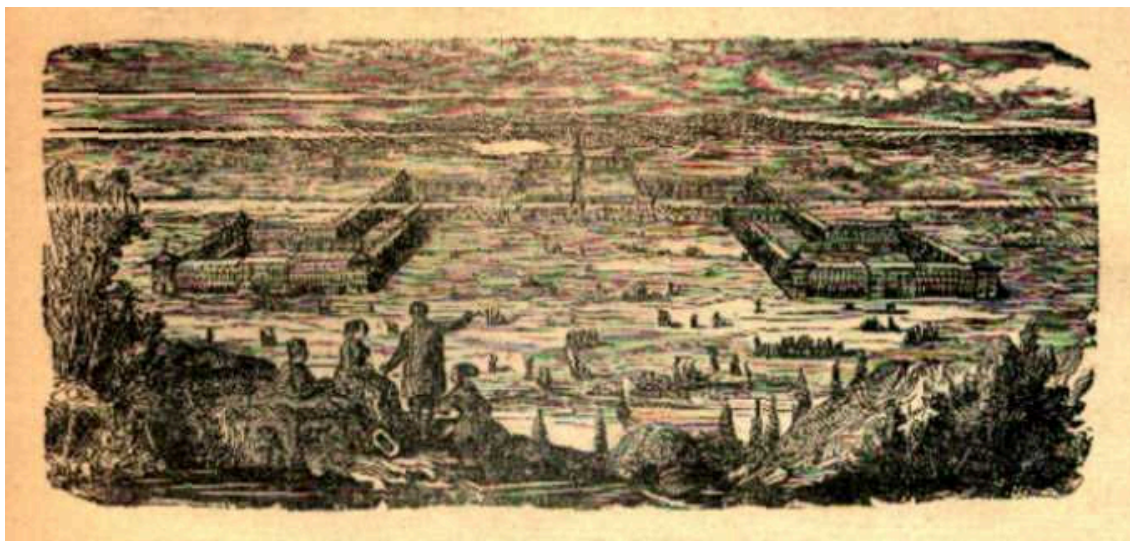
Abstract

This essay thematizes the pioneer ideas of the main utopian socialists (Saint-Simon, Charles Fourier and Robert Owen), in our conception cooperativism, so that contribute to fill a gap in theoretical studies on the subject in Brazil, dominated by technical and operational studies. The ideas of utopian inaugurated a theoretical support for the cooperativism designed not only for immediate purposes, but as a paradigm that served to change the general social setting. In addition to marking the pioneering contributions of utopian thinkers in the cooperative conception, we point out that the organizational and administrative utopian principles preceded in concept and time the classical theory of Scientific Management.

Key words: utopia; socialism; social theory; cooperation.



* **ELISA ZWICK** é Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (Ufla); Professora Adjunta Classe C, Nível I, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Icsa) da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).



Introdução

Desde que fora expresso na famosa obra renascentista de Thomas Morus (1992), o conceito de utopia congregou uma diversidade de temas que almejavam aperfeiçoar o funcionamento da sociedade. Como desdobramento especial do pensamento utópico, o movimento cooperativo representou uma forma de reação e até mesmo de contraposição aos desequilíbrios oriundos do surgimento do capitalismo, constituindo-se numa das formas pelas quais se buscou sanar desigualdades sociais, em especial na contemporaneidade, em que adquiriu roupagens diversas. Para compreender como se formou o pensamento cooperativo é necessário entender, primeiramente, a formação da diversidade de modos organizativos e a importância que tiveram os principais fatos históricos relacionados ao tema. Considerando a construção histórica do conceito, neste ensaio identificamos e analisamos as concepções de cooperativismo que podem ser encontradas a partir da leitura dos socialistas utópicos clássicos, retomando o pensamento crítico dos três principais socialistas utópicos, pioneiros

e inspiradores centrais do que aqui qualificamos como *teoria social cooperativa*.

Inicialmente, devemos dizer que a cooperação se afirma na mesma época e meio social, bem como sob o mesmo espírito que originou o sindicalismo e o socialismo. O ímpeto de livrar os trabalhadores da exploração encontrou na associação a forma mais viável para esse combate (LASSERRE, 1977). Os principais pensadores que se destacaram nos movimentos sociais e nas revoluções do século XIX foram o conde francês Henri de Saint-Simon, o sócio de uma fábrica têxtil na Inglaterra, Robert Owen, e o escritor e caixeiro viajante Charles Fourier (CERRONI, 1975). Hobsbawm (1983) define o socialismo pré-marxiano dizendo que Marx e Engels os haviam destacado como dignos de particular atenção, apesar de Owen ter sido primeiramente definido como comunista por ambos os filósofos. Isso muito embora Engels (1987), ao demonstrar a ambiguidade de suas propostas, destaque que uma “nota comum aos três é o não atuarem como representantes dos interesses do proletariado que, entretanto, havia surgido como produto histórico”.

Assim, o caráter burguês atribuído por Engels a quase todo o socialismo utópico distinguia-se de outro movimento dos anos 1840, classificado por ele como comunista (HOBSBAWM, 1983).

Embora os seguidores da pioneira tríade utópica fossem muitos, não é objetivo desse estudo descrevê-los em maiores detalhes. Mas, conforme Cerroni (1975), os elaboradores secundários do socialismo utópico são discriminados (i) como aqueles que se moviam no plano do *radicalismo político*: Philippe Buchez, John Gray, Étienne Cabet, Wilhelm Weitling (socialista e anarquista), Moses Hess (que, como judeu, foi precursor do sionismo, mas também mantinha forte vínculo com Marx e Engels); e (ii) como aqueles que eram de *formação econômico-política*: Pierre-Joseph Proudhon (mais anarquista do que socialista) e Louis Blanc (com propostas aproximadas às dos utópicos, mas defendia a luta política), pertencentes à ala do movimento operário socialista; e Louis Blanqui, de identidade revolucionária.

Proudhon não se inclui ao lado da tríade utópica, mas não deixa de ser um nome de grande representatividade para o pensamento cooperativo. Suas ideias, assim como as de outros anarquistas, a exemplo dos russos Bakunin e Kropotkin (BUBER, 2007), são tão importantes para o cooperativismo quanto as dos utópicos propriamente, uma vez que lhes é atribuída a origem do pensamento autogestionário, muito embora os anarquistas fizessem questão de se diferenciar dos utopistas.

Dado que os acontecimentos da história não possuem um caráter linear, o pensamento cooperativo transita por outras ideologias. No entanto, dedicamo-nos às linhas gerais do pensamento de uma época em que se

consolidaram as ideias cooperativas, abordando separadamente cada um dos três precursores do socialismo utópico.

Saint-Simon

Preocupado com as consequências vertiginosas da industrialização, o conde Claude Henri Rouvroy de Saint-Simon dedicou-se às primeiras manifestações a respeito do socialismo antes mesmo que a palavra fosse criada ou delimitada. Embora a ressalva já citada de Engels (1987), Saint-Simon sai em defesa da classe desfavorecida em boa parte de sua obra (SARGANT, 1858). Do seu modo de pensar a sociedade ficou uma mensagem ambígua quando, ao tentar defender o povo, formula uma teoria que prima pelo livre mercado e por um sistema não propriamente democrático, pois prevê a hierarquização e a elitização da sociedade (RUSS, 1991; PETITFILS, 1978).

Saint-Simon teve uma educação de princípios liberais. Ao integrar o mundo militar deu-se conta das mudanças pelas quais passava a Europa e da opressão sobre o povo. Como negociante, tornou-se especulador e acumulou fortuna. Mais tarde, se afirmou como escritor de uma série de obras político-econômicas (PETITFILS, 1978). Por ter sido mestre de Auguste Comte, não se pode deixar de associar o seu nome ao surgimento do paradigma, em especial o chamado *positivismo social*, que é conectado a uma forma de positivismo cuja base ainda é a metafísica, por deificar a matéria e cultuar religiosamente a ciência (ABBAGNANO, 1985).

O positivismo passa a orientar fortemente as ideias de Saint-Simon, o que faz com que conceba a história como um processo necessário e contínuo, regida por uma lei geral que determina a sucessão de épocas

orgânicas e épocas *críticas*. Ao caminhar de modo alternado e previsível entre esses dois períodos, a história da humanidade é vista por Saint-Simon de modo evolutivo, por meio de um lento processo de industrialização: do feudalismo até a luta de classes, do conflito da aristocracia e da burguesia para a formação da classe dos industriais e, mais recentemente, o desenvolvimento das ciências exatas em detrimento da teologia teve como consequência os sistemas políticos que não poderiam ser separados dos fenômenos técnicos ou econômicos. Com isso, chegou-se à grande fase da produção, demarcada pela Revolução Francesa, que conduziu à sociedade industrial (PETITFILS, 1978).

Mediante esse sistema positivista é que emerge o entendimento de Saint-Simon sobre os conceitos de trabalho e de indústria. Contudo, aos poucos, no seu âmbito mais social, a teoria saint-simoniana foi superando as influências mais conservadoras, convertendo-se em um dos marcos iniciais do socialismo no século XIX. Não por acaso, Lelita Oliveira Benoit, destacada estudiosa de Comte no Brasil, apresenta Saint-Simon em relação a Comte, que tendeu a uma posição cada vez mais conservadora, como “o mestre recusado” (BENOIT, 2002, p. 18-19).

A fixação de Saint-Simon pela ideia da sociedade industrial é clara ao defender que o novo poder espiritual será dos cientistas e a administração dos negócios será confiada aos industriais. A sociedade preconizada por Saint-Simon parece uma realidade futura inevitável, historicamente necessária. Segundo ele, uma constituição industrial seria responsável por organizar conselhos por ramos de produção num sistema de câmaras de

invenção, de exame e de execução (PETITFILS, 1978). A noção de *indústria* em Saint-Simon indica todas as formas de produção material, inclusive as atividades intelectuais de sábios e artistas. Saint-Simon (1980; 2002) pensava a sociedade em semelhança a uma colmeia, distinguindo entre “ociosos” e “produtores”, ressaltando que a classe dirigente prejudica a prosperidade da nação, ao privar os produtores da condição legítima que deveriam desfrutar. Essa ideia é desenvolvida no texto intitulado *Parábola*, que expressa que “as instituições políticas são pouco importantes em comparação com a estrutura econômica do país” (PETITFILS, 1978, p. 57). Fica clara a necessidade de confiar à classe técnica e produtiva o poder político, percepção que confere a Saint-Simon o título de ‘pai do tecnocratismo’.

Ao analisar esta característica, Petitfils (1978) considera que o tecnocrata nega o fenômeno político como universo da escolha dos objetivos e dos meios. A nação seria governada unicamente pela racionalidade e pela cientificidade, fora de qualquer pressuposto filosófico, religioso, moral ou político, sem perceber a necessidade de realizar uma escolha entre sociedade e civilização. Assim, pelo governo da indústria, Saint-Simon nada mais faz do que antecipar a ideia de um capitalismo sem fronteiras, regido sob a doutrina tecnocrática. Além de intuir a primazia da economia sobre a política, o utópico percebeu que a Revolução Francesa era uma luta entre classes sociais, bem como falou do governo dos homens como uma futura gestão administrativa das coisas e do processo produtivo, segundo destaca Engels (1987).

Rosanvallon (1979) classificou Saint-Simon como o primeiro teórico da

planificação, o que antecipou o ideal da planificação socialista, como se viu na União Soviética e em outros países onde se desenvolveu o chamado “socialismo real”. Criticado por alguns teóricos marxistas (p. ex. Charles Bettelheim) como um “capitalismo de Estado”, o sistema soviético concentrou no governo, não entregando diretamente aos trabalhadores, como preconizou Marx, a gestão de sua própria produção. A inspiração positivista saint-simoniana, sob a pretensão de uma sociedade ajustada à razão, termina reforçando a ideologia tecnocrática, reduzindo o processo produtivo a receitas de organização “científica”, lembrando também os moldes do que mais tarde Taylor, do lado capitalista, empregaria em seu “*one best way*”.

No fim de sua obra, Saint-Simon inclinou o positivismo à religiosidade, defendendo o advento da sociedade futura como um inevitável retorno ao cristianismo primitivo. Saint-Simon funda os termos gerais do que seus discípulos redigirão como um *novo cristianismo*, base da nova organização social, destinada a substituir a força militar pela união pacífica. Esse pensamento é caracterizado por Petitfils (1978) como de um otimismo racional comum aos utopistas, crentes de que a verdade se imporia sozinha e seria suficiente para mobilizar as energias. Sob esses princípios de hierarquia social que Saint-Simon fundou a máxima “a cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo seu trabalho” (SARGANT, 1858, p. 37), tornada um dos principais lemas do cooperativismo ao exaltar a distribuição proporcional das sobras. Essa ideia adquiriu tal força que foi posteriormente apropriada por Karl Marx, que a converteu, modificada provavelmente sob a influência das

ideias de Babeuf¹, no lema maior de seu ideal social, o comunismo: “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” (MARX, 1974, p. 20).

Sintetizam os elementos de Saint-Simon que têm relação ou influência sobre o pensamento cooperativista: (i) concepção materialista, econômica, da produção e noção de que a produção é social, dividida em classes; (ii) valorização do trabalho e das capacidades individuais contra as elites ociosas; (iii) não redução da ideia de indústria ao sistema fabril, mas a uma noção mais ampla, iluminista, de espírito produtivo versado nas várias artes liberais; (iv) organização racional hierárquica e planificada da produção, que expressa um viés tecnocrático, mas derivada da crença iluminista na vocação emancipadora da razão; (v) princípio motor das sociedades industriais assentado na participação e na cooperação pacíficas; (vi) princípio da administração das coisas, que soaria a Marx e Engels como uma sugestão de economia associada e superação do Estado; (vii) intuição, mas não percepção clara, da importância da pequena unidade social na transformação da sociedade; (viii) reorganização da vida social por um novo cristianismo, cuja conversão moral dos homens segundo o princípio do

¹ Fraga (2006, p. 24-25) lembra que “Babeuf reivindicou a igualdade como ‘primeira promessa da natureza e primeira necessidade do homem’, pela razão de todos terem ‘as mesmas necessidades e as mesmas faculdades’. Segundo ele, ‘a organização da igualdade efetiva [é] a única que satisfaz todas as necessidades sem provocar vítimas, sem custar sacrifícios’”. Quanto ao título do texto de Babeuf que contém essas passagens, geralmente nomeado como *Manifesto dos iguais*, Molon (2002, p. 120-121) observa que o correto é *Manifesto dos plebeus*, enquanto o outro título refere-se, na verdade, a uma publicação de Sylvain Maréchal.

amor visa melhorar a sorte do proletariado; (ix) a ideia utópica de transformação é, pela primeira vez, relacionada às forças produtivas, porém sem suprimir a propriedade privada, a livre empresa e o lucro dos capitalistas, cuja riqueza deveria ajudar os mais necessitados.

Charles Fourier

Caixeiro viajante de Besançon, cidade francesa, François Marie Charles Fourier figura como clássico do socialismo utópico por ter prescrito várias teorias. Em uma delas, a “lei da atração passional”, sugeria o caminho para a humanidade superar a *civilização* enquanto entendimento inferior do humano e criar a *harmonia* por meio da satisfação das paixões humanas. O auge da história, para Fourier, seria uma espécie de socialismo, o *socientismo*, onde os homens obedeceriam às normas cooperativas e viveriam juntos em edifícios planejados para favorecerem a felicidade humana, os *falanstérios*.

Nos *falanstérios*, Fourier estabelecia a existência de um espaço público para reuniões e convívio coletivo, o que é proporcionado pelos *seristérios*: “o falanstério ou morada da falange deve compreender apartamentos individuais e salas de relações públicas, que se denominam *seristérios* ou lugares de reunião para o desenvolvimento das séries passionais” (FOURIER, 1973, p. 158). Assim, mesmo pressupondo um ideal de vida coletiva, Fourier projetou, na ordenação social circular dos falanstérios, espaços privados às pessoas, o que demonstra a preservação da individualidade em determinados momentos do convívio. Isso é ilustrado pelo fato de ele admitir diferenças no modo de vida (como na alimentação e nos gostos), a possibilidade de mudar de trabalho, além da manutenção da

propriedade privada, o que em tese abre margem para a estratificação social.

Fourier vai além de Saint-Simon ao reconhecer a importância da pequena unidade social na transformação da sociedade, entendendo ser melhor coordenar a produção e o consumo em grupos pequenos. A ideia de indústria não o agradava, uma vez que era menos otimista e mais sensível às contradições desse sistema. Para Russ (1991), isso se deve ao fato de Fourier ter sido menos marcado pela herança das luzes. Em algumas obras, Fourier combate a indústria, acusando Owen e Saint-Simon de charlatanismo ao prometerem a associação e o progresso. Contudo, Fourier não reconhecia a designação de socialista utópico, pois, para ele, a utopia já era vista como um sonho do bem sem os meios de efetivação e, ao firmar teoricamente esse caminho, por um método eficaz e meios adequados, estava elaborando um plano concreto (MLADENATZ, 2003).

Pensador ambíguo, desconcertante e de ímpeto inovador, sua ideia de revolução também não se dava no plano político, mas por uma forma de utopia específica, um *socialismo do prazer* (KONDER, 1998), que previa a ruptura de valores, costumes e preconceitos do seu tempo, elegendo um mundo harmônico como meta a alcançar pela humanidade. Segundo Konder (1998), Fourier identificou um total de doze paixões, divididas entre sentidos naturais humanos e afetos universais. O desenvolvimento simultâneo e com liberdade das paixões leva ao equilíbrio, preparando a humanidade para uma vida melhor. A paixão à qual Fourier se dedicou especialmente foi o amor, maltratado pela civilização quando o sacrifica nas dimensões do corpo ou da alma. Ao ser exercido em harmonia, o amor expressa-se na filantropia, uma

vez que o sentimento se tornará mais verdadeiro ao estar descomprometido com a subestimação das exigências do “princípio material” (KONDER, 1998). Não estão longe daí a sociologia multiclassista de Fourier e a esperança de que os seus projetos fossem financiados por ricos filantropos.

Nesse sistema social harmônico, Fourier mantém preocupação expressa com a “educação societária”, que deveria ser *integral composta*, capaz de despertar as vocações instintivas de cada pessoa. A educação seria *composta* ao formar o corpo e a alma, e *integral* ao abranger todos os detalhes de corpo e alma, introduzindo a perfeição em todos os pontos. Mesmo relacionando a educação como motivadora e preparatória para o trabalho produtivo, Fourier faz isso com uma preocupação com o humano, que rechaça uma formação meramente instrumental e alienante, visando à riqueza meramente econômica.

A exemplo de Saint-Simon, a sociedade para a qual Fourier caminhava se concretizaria em uma nova “esfera pública”, comunitária. Estava baseada em doações, dado o princípio do amor, não integrava a ideia de autoajuda. Não possuía caráter comunista, pois se mantinham a propriedade, a hereditariedade e o lucro, inclusive o do capital (MLADENATZ, 2003). Une-se a essas constatações a importante ideia de abolir os intermediários na relação de compra e venda. Fourier pode ser considerado pioneiro quanto ao cooperativismo popular e, ainda, do cooperativismo de crédito.

Uma síntese das ideias de Fourier pode ser expressa em nove aspectos: (i) ressalva crítica ao otimismo iluminista quanto ao caráter intrinsecamente benéfico da indústria moderna; (ii) educação societária para o

desenvolvimento das paixões e o preparo para o trabalho atrativo, recusando a formação instrumental e alienante voltada só para a riqueza material; (iii) trabalho associado, espontâneo e diversificado no lugar do trabalho assalariado e fixo, com remuneração relativa ao capital e às contribuições manuais e intelectuais de cada um; (iv) manutenção da propriedade individual, bem como sustentação das colônias por meio de filantropia externa, especialmente pela contribuição de grandes empresários; (v) planejamento organizacional e arquitetônico dos falanstérios, estabelecendo pelos seristérios um espaço público de discussão e convívio coletivo; (vi) valorização da “pequena unidade social” por intermédio das séries e a construção de unidades sociais orgânicas, de número limitado e de base agrícola; (vii) pioneirismo em formas diversas de cooperativismo, como a popular, a de consumo e a de crédito, abolindo a especulação dos intermediários entre produtores e consumidores; (viii) ideia de feminismo, ao considerar que o grau de civilização alcançado pelas sociedades é proporcional ao grau de independência que a mulher nelas desfruta; e (ix) a sociedade ideal se organiza de modo que todas as paixões humanas possam ter livre curso para produzir uma harmonia universal, dentre as quais o amor tem papel central, abrindo espaço para a sensibilização filantrópica e para a colaboração de classes.

Robert Owen

Nascido em Newton, norte do país de Gales, Robert Owen começou sua vida como empregado no comércio e depois passou a sócio e diretor de uma grande fábrica de tecidos de algodão, no condado de New Lanark, Inglaterra. Acumulou fortuna que lhe permitiu

financiar seus projetos utópicos, cujo mais conhecido é o da colônia americana Nova Harmonia. Como principal representante do socialismo utópico inglês, é com Owen que surge concretamente a noção de cooperativismo, tendo sido o primeiro a empregar a palavra *cooperativa*, embora em um sentido bem diferente do atual, pois expressava uma noção comunista e não apenas associativa (MLADENATZ, 2003). A vivência de experiências diversas, que contribuíram para a elaboração de princípios cooperativos, nunca antes tão bem sistematizados e, provavelmente, a maior longevidade de Owen², fizeram com que, dentre os utópicos, seja o mais destacado.

Para Russ (1991), o pensamento oweniano seria *herança das luzes*, num movimento de reintrodução do iluminismo no pensamento do século XIX. Semelhantemente, Engels (1987, p. 57) analisa que as ideias de Owen partiam de uma influência do materialismo do século XVIII, onde o caráter do homem é produto de sua organização inata e também fruto das circunstâncias que o rodeiam durante a vida³. A filantropia, outra característica das luzes, estava presente em suas ações na colônia de Nova Harmonia (Indiana, EUA), projeto em que investiu quase toda a sua fortuna, depois de ter desfeito a sociedade em New Lanark.

As experiências industriais permitiram a Owen elaborar princípios cooperativos

que são assinalados essencialmente em duas obras: *A new view of society*, de 1813 e *Report to the Country of Lanark*, de 1820 (OWEN, 1970a; 1970b). Esses relatos são muito significativos, pois se referem à sua prática cotidiana. São experiências parecidas às de Fourier, à medida que propõem a construção de unidades sociais orgânicas, de número limitado e de base agrícola (BUBER, 2007). Mas diferentes por Owen rechaçar a propriedade privada e defender a associação de bens, embora ao invés da igualdade de consumo pensasse numa igualdade de oportunidades. Segundo Teixeira (2002), ao objetivar dissolver a grande indústria e retornar à velha indústria rural, Owen também rivalizava com o pensamento de Saint-Simon.

Provavelmente, o fato de Owen almejar esse retorno ao rural deve-se ao que Engels (1987) analisa quanto à antecedência histórica dos ingleses na indústria, comparativamente à França, em que havia a revolução política. Já na Inglaterra alterava-se o ritmo econômico da sociedade burguesa, substituindo-se a manufatura pelo desenvolvimento violento da produção industrial, resultando em fortes contradições sociais. Assim, tendo percebido a desordem e o caos instaurado pelo sistema industrial, Owen viu a possibilidade de introduzir a ordem na gestão da sua fábrica em New Lanark.

Como empresário, Owen se via na obrigação de oferecer novos parâmetros para a *organização social*, de modo que acreditava em mudanças por fora das contradições expressas na sociedade e na luta de classes. Essa proposta, fundada na educação, aparece expressa na afirmação de que “a maioria da humanidade se tornará esclarecida, e discernirá com clareza que ao agir assim

² Robert Owen viveu 87 anos (de 1771 a 1858), enquanto os outros dois utópicos fundadores viveram 65 anos cada, Saint-Simon de 1760 a 1825 e Charles Fourier de 1772 a 1837.

³ Essa posição é criticada por Marx na terceira de suas *Teses sobre Feuerbach*, acusando que tal doutrina esquece que o próprio educador precisa ser educado. No fundo, Marx (1989, p. 126) critica a idolatria da educação apenas como esclarecimento racional e questiona, nela, a ausência do que chama de práxis revolucionária.

criará inevitavelmente miséria para si mesma” (OWEN, 1970a, p. 197). O que o utópico fez na sua prática em New Lanark teve muito significado para um tempo em que os direitos sociais eram quase nulos, pois transformou cerca de 2500 trabalhadores em uma colônia modelo, bastando, para isso, colocar seus operários em condições mais humanas de vida (ENGELS, 1987). Cuidou especialmente da educação das crianças por meio da criação de escolas, os primeiros jardins de infância da história inglesa, o que fez com que ocupasse um lugar destacado nos experimentos pedagógicos. Aliando a isso, conquistou legalmente a redução da jornada de trabalho de dezessete para dez horas e eliminado a contratação de menores de dez anos em sua fábrica.

No entanto, o projeto de Owen em New Lanark não durou muito. A força da natureza concorrencial do sistema capitalista logo o arruinou, pois implicava em pesados custos sociais (ENGELS, 1987). Além disso, Owen sequer contou com o apoio dos sócios da fábrica, tampouco com o do poder estatal quando recorreu a ele. A partir disso, as reflexões de Owen sobre as relações dos trabalhadores com o capital o levaram a concluir que a riqueza acaba sendo concentrada nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Esse “escândalo que representa aos seus olhos a propriedade privada” (RUSS, 1991, p. 34) levou Owen a se dirigir diretamente aos operários, propondo a criação de colônias agrícolas autossuficientes, surgindo, assim, um sistema de colônias comunistas, denominadas por ele de *comunidades de igualdade perfeita*, nascendo, em 1824, a colônia Nova Harmonia, que ficou conhecida mundialmente e objetivava resolver a miséria na Irlanda.

As colônias, que pareciam estar em maior conformidade com a justiça e com a moral, também não foram bem sucedidas, pois a sua coordenação não foi possível tal como idealizada (ENGELS, 1987; RUSS, 1991), sendo apontada como uma das dificuldades a heterogeneidade dos participantes (CARNEIRO, 1981). E, em 1829, Owen abandonou o projeto de Nova Harmonia. Aliada à falência financeira dos fundadores, a frustração das colônias owenistas se deveu, ainda, provavelmente, ao curto tempo no qual se almejava consolidar esses projetos, o que impossibilitou um amadurecimento adequado e a aplicação dos princípios cooperativos, mediados pela educação. Mesmo não tendo sido compreendido em seu tempo, Owen alcançou o objetivo de tornar a sua proposta conhecida, inspirando os Pioneiros de Rochdale, “vinte anos após a malograda experiência em Nova Harmonia” (PINHO, 1965, p. 36).

Embora os fracassos, Owen desenhava já nesse período de que forma o trabalho deve ser organizado e dividido, o que faz com que possa ser visto como um pioneiro no pensamento administrativo. Como o mais avançado utópico na descrição prático-organizativa dos empreendimentos cooperativos, antecedeu, inclusive temporalmente – no começo do sistema industrial inglês, que Marx reconhecia como o mais evoluído do mundo à época –, o enfrentamento das questões administrativas frente a outros teóricos mais tardios, como Taylor, Fayol e Ford, embora estes se localizem em perspectiva oposta, ao servirem o capitalismo.

As normas ensejadas pelo pensamento de Owen em Rochdale visavam pensar como melhor administrar um capital que é de todos, e não garantir o lucro

para poucos indivíduos. Ao estabelecer sua doutrina no campo anticapitalista, Owen dispõe diretrizes de como o trabalho deveria ser organizado, como *fonte de felicidade* e como *verdadeiro padrão de valor* (CARNEIRO, 1981). Os fundamentos da cooperação e seus princípios básicos foram, aos poucos, desfigurados pelas condições econômico-sociais adversas, vigentes ao longo da história moderna.

As ideias de Owen e dos owenistas podem ser assim resumidas: (i) adesão ao princípio iluminista da razão emancipatória na educação, vista como principal elo de integração e formação da homogeneidade dos participantes das cooperativas; (ii) crítica da sociedade industrial e retorno às virtudes da comunidade agrária, apegando-se à idealização do trabalho manual, numa certa herança de um vetor romântico das luzes; (iii) rechaço da propriedade privada e elaboração original de uma filosofia de reforma social de economia não-capitalista, baseada na ciência social e na teoria da comunidade; (iv) ideia da formação do homem por condições inatas e pelas circunstâncias externas, sob influência do materialismo mecanicista do século XVIII; (v) condenação do individualismo e colocação do trabalho como principal valor econômico do sistema social; (vi) firma, pela primeira vez na história, leis de proteção aos trabalhadores e redução do trabalho infantil; (vii) iniciativa do exemplo pela modificação da estrutura capitalista da fábrica, procurando humanizá-la, visando que os demais capitalistas adotassem tal princípio filantrópico fabril; (viii) definição do princípio cooperativo como doutrina, na principal formulação teórica que se vinculou ao cooperativismo na prática; (ix) pioneirismo no pensamento administrativo, pensado sob a ótica da democracia econômica, antecedendo a

chamada “teoria clássica da Administração científica”.

Considerações finais

Os alicerces do pensamento utópico se constituíram a partir desses três grandes idealizadores, que buscaram dar respostas segundo o que Owen mesmo perspectivou, no sentido de ir além do seu tempo. Suas visões sobre o processo da vida social e econômica representaram a preocupação de enfrentar pioneiramente a crise do seu tempo por uma visão transformadora das estruturas sociais. Tiveram uma cronologia sincrônica e suas trajetórias entre si devem ser consideradas conforme a ordem do conceito e não da temporalidade, importando em sua análise as interconexões de semelhança e distinção que influenciaram suas concepções e ações.

Numa perspectiva histórica revolucionária para o seu tempo, as ideias dos utópicos inauguraram uma sustentação teórica ao cooperativismo, pensado por eles não apenas para fins práticos e instrumentais imediatos, mas via modelos ideais ou como paradigmas a serem universalizados no contexto de uma mudança geral da sociedade. Assim, as propostas utópicas são, por um lado, uma tentativa de realização imediata de mudanças na sociedade, mas, por outro, não se resumem a fins imediatos.

No que se refere aos limites teóricos das concepções dos utópicos, sobretudo quanto ao seu alcance efetivamente transformador e emancipatório, mesmo reconhecendo a sua defesa dos interesses dos trabalhadores, a sua ideia da administração social da produção, e seu papel inaugural na teoria socialista e comunista, a crítica clássica é aquela que lhes dirigiram Marx e Engels, bem

resumida nestas passagens do *Manifesto do partido comunista*:

No lugar da atividade social precisam colocar sua própria atividade pessoal inventiva; no lugar das condições históricas da emancipação, condições fantásticas; no lugar da organização gradual do proletariado em classe, uma organização da sociedade pré-fabricada por eles mesmos. A futura história do mundo, para eles, resolve-se na propaganda e na realização prática de seus planos de sociedade. (...) O proletariado existe para eles apenas desse ponto de vista de classe que mais sofre. (...) Em consequência, rejeitam toda a ação política, e especialmente toda a ação revolucionária; querem atingir sua meta por meios pacíficos e procuram abrir caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, através de pequenos experimentos que naturalmente sempre fracassam (MARX e ENGELS, 1989, p. 96).

Todavia, o debate sobre a herança dos utópicos, seja qual for, não deve jamais anular o aspecto emancipador contido no conceito de utopia. Mesmo Marx e Engels sublinharam pontos positivos nos próprios socialistas utópicos. E, no que se refere à ideia de utopia enquanto um não lugar pode-se retomar a nova concepção de espírito utópico de Ernst Bloch, manifesta no seu “princípio esperança”. Não como o que se espera de modo passivo ou abstrato, mas como aquilo que é inserido nas ideias e ações humanas por uma “consciência antecipadora” frente a uma realidade adversa que se quer superar. Na perspectiva do que ele diferenciou entre “utopia abstrata” e “utopia concreta”, esta última aparece como uma consciência dialética do que ainda não chegou a ser, mas visualizadora de uma possibilidade nova aberta para a frente,

portanto, em uma direção emancipadora (MÜNSTER, 1993, p. 17-37).

Como aspectos mais valiosos da tradição dos socialistas utópicos, está a importância de se resgatar suas contribuições ao cooperativismo, num contraste claro com o que hoje é atribuído como finalidade às organizações cooperativas. Estas são, na maioria das vezes, reduzidas a meios de resolução de problemas econômicos pontuais, numa lógica de pensamento interna ao próprio capitalismo. Como resultado, é comum que recaiam em uma natureza e finalidade meramente instrumental, enquanto que para os utópicos a organização cooperativa tinha a finalidade maior de mudar a lógica produtiva da sociedade como um todo, quicá de mudar o mundo.

Mesmo antecedendo no terreno do conceito e do tempo a chamada Teoria Clássica da Administração Científica de Taylor e Fayol, a contribuição geral dos utópicos ultrapassa um simples pioneirismo – ainda que valioso por ser inovador – que possa ser resumido a mero acréscimo para o conhecimento técnico sobre os modos de gestão organizacional. No conjunto de sua obra pensaram o cooperativismo segundo uma concepção geral de mudança societária que se projetava para além da sociedade em que viviam. É o que, para eles, significou pensar cooperativas com utopia, isto é, dar a elas uma finalidade universal. Em certo sentido, é justamente o que se perdeu hoje nos modelos dominados pelos princípios capitalistas de produção, gestão e distribuição da riqueza. Assim, é preciso resgatar o pensamento utópico como fundador dos princípios democráticos, que se voltam à liberdade e à emancipação das pessoas. Malgrado os limites deste estudo, buscou-se trazer elementos pertinentes para pensar e

acreditar em novos modos de enxergar a ordenação humana, que possam estar centrados na ótica substantiva, e não na tão usual instrumentalidade que objetiva a mera lucratividade.

Referências

ABBAGNANO, N. **História da filosofia**. Lisboa: Presença, 1985. v. 10.

BENOIT, L. O. **Augusto Comte**: fundador da física social. São Paulo: Moderna, 2002.

BUBER, M. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARNEIRO, P. P. **Co-operativismo**: o princípio co-operativo e a força existencial-social do trabalho. Belo Horizonte: Fundec, 1981.

CERRONI, U. **O pensamento político**: das origens aos nossos dias. Lisboa: Estampa, 1975. v. 5.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

FOURIER, C. **La armonia pasional del nuevo mundo**. Madrid: Taurus, 1973.

FRAGA, P. D. V. **A teoria das necessidades em Marx**: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social. 2006. 232 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

HOBSBAWM, E. J. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In: HOBSBAWM, E. J. (Org.). **História do marxismo**: v. 1 - o marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 33-66.

KONDER, L. **Fourier, o socialismo do prazer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LASSERRE, G. **O cooperativismo**. Portugal: Europa-América, 1977.

MARX, K. Crítica do programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica dos programas de Gotha e Erfurt**. Porto: Textos Exemplares, 1974. p. 5-44.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã I**: Feuerbach. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 125-128.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Confedbrás, 2003.

MOLON, A. L. **Graco Babeuf**: o pioneiro do socialismo moderno. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

MORUS, T. **A utopia**. 3. ed. Brasília: Ed. Unb, 1992.

MÜNSTER, A. **Ernst Bloch**: filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

OWEN, R. **A new view of society**: or, essays on the principle of the formation of the human character and the application of the principle to practice. Harmondsworth: Penguin Books, 1970a.

OWEN, R. **Report to the county of Lanark**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970b.

PETITFILS, J.-C. **Os socialistas utópicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1965.

ROSANVALLON, P. **La autogestión**. Madrid: Fundamentos, 1979.

RUSS, J. **O socialismo utópico**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SAINT-SIMON, H. de. Parábola (1810). In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 57-61.

SAINT-SIMON, H. de. Parábola de Saint-Simon. In: BABEUF, G. et al. **O socialismo pré-marxista**. São Paulo: Global, 1980. p. 35-38.

SARGANT, W. L. **Social innovators and their schemes**. London: Smith, Elder and Co., 1858.

TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.